

Dúvida Exclusiva

Funaro quer mais do que 90 dias no curto prazo

Brasília — O Brasil precisa obter a renovação dos créditos de curto prazo e não se contentará com a prorrogação por apenas 90 dias, como tem sido feito até hoje, segundo afirmou o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, após relatar ao presidente José Sarney, por uma hora, os resultados de sua viagem ao exterior.

— Noventa dias é um prazo muito pequeno. Tivemos contatos com dois banqueiros no Japão e outros bancos internacionais para a prorrogação dessas linhas de financiamento. Isso interessa aos próprios bancos, porque é essencial ao financiamento de nossas importações — disse o ministro.

De pé, em uma longa conversa com os repórteres na saída do gabinete do presidente, Funaro manteve o tom otimista que marcou suas declarações em toda a viagem à Europa, Estados Unidos e Japão. Garantiu que Sarney ficou satisfeito com seu relato: "Mudamos o nível de discussão lá fora, para que não se coloque apenas a necessidade de esforço dos países em débito, como o Brasil, e que a crise seja vista como responsabilidade das nações devedoras e credoras". O país não pode entrar novamente em processo recessivo, garantiu, várias vezes, o ministro da Fazenda.

Questionado por um jornalista sobre a ausência de resultados práticos de sua viagem, Funaro discordou: "Faltariam resultados práticos se tivéssemos procurado apenas resolver o problema conjuntural, de fluxo de caixa (entrada e saída de recursos no país), mas fomos discutir o futuro do Brasil, os acertos e medidas que permitam um plano de três, quatro, cinco anos, sem interrupções", assinalou.

Funaro garantiu que os credores "compreenderam muito bem" que o Brasil optou por garantir o crescimento da economia, procurando novas fórmulas de financiamento. "Em 8 de abril teremos uma reunião do comitê interno do FMI, vamos encontrar todos os ministros das nações credoras outra vez e discutiremos com profundidade a tese de que mecanismos de financiamento são necessários", informou o ministro, que negou ter recebido dos credores a exigência de assinar um acordo com o Fundo, apesar dessa exigência constar de todo o noticiário nacional e internacional sobre a sua viagem.

— Não foi bem assim. As nações acham importante uma entidade internacional como o FMI que permita a divulgação do comportamento das nações, seus programas etc — disse Funaro, para quem os credores não exigiram um acordo stand by com o FMI, "como tivemos no passado, em que as cartas de intenção de Delfim (Delfim Neto, ex-ministro do planejamento) levaram a economia brasileira a compromisso com excedentes de exportação e à recessão interna".

Reafirmou que "não podemos fazer como nos últimos cinco anos, continuar pagando 45 bilhões de dólares e receber apenas 11 bilhões de financiamento externo". Negou, porém, que o governo esteja querendo converter a dívida em investimentos (capital de risco) no país: "Podemos até estudar isso na renegociação, mas essa medida teve efeito pequeno nos países em que foi adotado".

Brasília — Luciano Andrade



Ministro lembra que esses empréstimos garantem importações

Ministro acusa FMI de beneficiar ricos

Tóquio — O ministro da Fazenda Dílson Funaro disse numa entrevista publicada ontem pelo diário econômico japonês *Nihon Keizai Shimbun* que o Brasil não negociará a reestruturação de sua economia com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e reclamou a criação de um novo sistema de fornecimento de créditos para as nações devedoras.

— Nós não podemos aceitar as medidas de ajuste econômico do FMI, que são favoráveis às nações credoras — disse Funaro ao *Nihon Keizai*, acrescentando que o Brasil sofreu um sério retrocesso econômico quando acatou a mediação do FMI logo após a crise de 1982.

O ministro Funaro afirmou que "um novo mecanismo precisa ser criado para que as nações devedoras possam obter novos empréstimos rapidamente" e conclamou o Japão a promover investimentos diretos e transferência de tecnologia para o Brasil.

Funaro revelou que em breve o Brasil irá fazer um pedido formal ao Eximbank do Japão de novos créditos para financiar projetos econômicos de desenvolvimento econômico.